

O sentido da economia **Sobre a dependência lexical do português**

Fernando Venâncio
Universidade de Amsterdam

Talvez as nobres e complexas línguas das selvas amazônicas escapem a isso, mas o habitual é os idiomas tomarem uns dos outros palavras e locuções. O português recebeu materiais de línguas tão diferentes como o neerlandês, o malaio e o conjunto banto, e acabou fornecendo a esses mesmos alguns materiais seus.

O problema começa quando se faz disso um problema. Isto é, quando se lamenta essa troca de materiais em nome dumas sonhadas 'pureza' e 'autenticidade'. Ou, na posição oposta, quando se banaliza o fenómeno, furtando-se à sua investigação aprofundada, com isso impedindo descobertas porventura embaraçosas. Ambas as atitudes se observaram, e observam, no âmbito da língua portuguesa.

A experiência das aquisições estrangeiras como 'contaminação' dum acervo autóctone tido por 'puro' foi particularmente sensível no terreno do galicismo. Sendo certo que a importação de francesismos pelo português é um dado rastreável desde que existe documentação escrita (bem cedo achamos os verbos *abandonar*, *arranjar*, *banir* ou *guindar*), deu-se a partir de 1730 uma aceleração da sua entrada nos usos portugueses, com um auge na primeira metade de Oitocentos e um prolongamento até cerca de 1950, quando o francês cede lugar ao inglês como fonte privilegiada de novos termos. Assim, é na obra de Almeida Garrett (1799-1854) que achamos a primeira ocorrência em português dos adjetivos *anormal*, *aproximativo*, *demolidor*, *financeiro*, *pitoresco*, *pretensioso* e *ultrajante*, chegados do francês, mesmo quando um ou outro teve origem noutra idioma ainda.

Essa entrada em catadupa de materiais franceses foi acompanhada de crescentes assinalamentos, avisos, reparos e mesmo alguns sonoros protestos. Esta movimentação acha-se cabalmente descrita no artigo de Maria Filomena Gonçalves referido na *Bibliografia*. Todo o doutrinador linguístico de Setecentos e de inícios de Oitocentos se sentia na urgência de tomar posição face ao galicismo, já advertindo contra exageros, já inculcando moderação e mesmo alguma tolerância. Importantes nessa incansável faina se mostraram Luís do Monte Carmelo, Francisco José Freire, Luís António Verney, António das Neves Pereira e Francisco de São Luís.

A «matula afrancesada»

Este último, também conhecido por Cardeal Saraiva, dedicou um volume de 165 páginas à problemática, o *Glossario das palavras e*

frases da lingua franceza que por descuido, ignorancia ou necessidade se tem introduzido na locução portugueza moderna, publicado em 1827. Vale a pena percorrê-lo, observando quantos materiais que aí são objecto de reticência, ou até condenação, fazem hoje parte dum vocabulário que nenhum motivo veríamos para alienar. Sirvam de exemplo as entradas *abandono*, *activar*, *aguerrido*, *ataque*, *aturdido*.

Interessante é, também, verificar como Francisco de São Luís comete erros de percepção, atribuindo ao francês o que foi criação castelhana e nessa exacta qualidade chegou ao português. É o caso de *acantonar*, verbo realmente proveniente do fr. *canton*, mas inexistente nesse idioma. Tomámo-lo ao castelhano, onde aparece por 1550. É o caso, também, de *alambicado*, efectivamente derivado de *alambique*, mas já profusamente documentado em castelhano desde 1624, em português desde 1680 e só achado em francês, como *alambiqué*, em 1799. Pode ser o caso, igualmente, do adjectivo *aguerrido*, derivado do fr. *aguerrir*, mas já documentado em castelhano em 1771, quando o francês só o empregará em 1816.

Claro: o autor não dispunha dos nossos meios de rastrear a história dos vocábulos. Mas constata-se algo de significativo: uma *fixação* sistemática no francês como fonte de todo e qualquer material duvidoso ou suspeito. Essa fixação, esse afunilamento, não são casuais. Eles derivam da incapacidade – uma incapacidade ainda actual – de conceber o castelhano, ou espanhol, como importante fornecedor de léxico ao português. Disso nos ocuparemos adiante.

Atentemos, de momento, na campanha contra o galicismo levada a cabo por Filinto Elísio, nome arcádico do sacerdote Francisco Manuel do Nascimento (1734-1819). Essa campanha condu-la ele a partir de Paris, onde se encontra exilado, fugido à Inquisição portuguesa. A morte não lhe permitiu conhecer a Revolução liberal de 1820, por que sempre suspirou.

Numa célebre *Carta* a José Maria de Brito, poema datado de Junho de 1790 – «um verdadeiro panfleto antifrancesista», como escreveu Álvaro Manuel Machado –, estende-se Filinto em diatribes contra o que considera abusos galicistas. Alvo preferido deste longo ensaio em verso branco é a «matula afrancesada» que em traduções do francês subverte a genuinidade do idioma pátrio. É o desconhecimento deste idioma a verdadeira causa dos destemperos. Exprime-o ele assim: «Tal gíria esconça / De ensosso mixtifório bordalengo / Só medra co'esses tolos, que se enfronham / Em língua estranha, sem saber a sua.» Remédio para tal seria a leitura dos clássicos portugueses. Até porque, felizmente, não faltam «os que afanam / Por beberem nos Clássicos a frase / Constante e pura; e revocarem / As antigas palavras que nos faltam / Para clareza, adorno, ou brevidade.» Trata-se, podemos suspeitá-lo, dum auto-retrato.

Três passagens desse ensaio merecem destaque. Nelas, pelo viés duma suposta ânsia de escrever directamente em francês, Filinto estabelece um paralelo com situação antiga, aquela em que o castelhano condicionava a cena portuguesa.

Lemos primeiro: «Nós prezamos tão pouco a nossa língua, / Que tão somente as outras aprendemos, / Em desar da nativa; e a ser-nos dado, / Na francesa escrevêramos, faláramos, / Como já na espanhola, por lisonja / E por louca vaidade, compusemos!» Mais adiante: «Eis vejo ao longe as duas largas portas / Por onde a corrupção entrou lavrando / No corpo da linguagem Portuguesa, / E lhe estragou a compleição sadia. / Uma lh'a abriu Filipe de Castela, / Hipócrita tirano, e não prudente». E ainda: «Nos ânimos soprou alento frouxo, / Banhou os beiços de fagueiras falas / E as penas embebeu na Hispana tinta, / Tanto ao fundo, que as penas esqueceram / Do seu idioma Luso a cor nativa; / Para afagar com frases mendigadas / As orelhas dos duros vencedores.»

O interesse destas amargas censuras aos escritores bilingues de Quinhentos, Seiscentos e inícios de Setecentos é a sua raridade histórica. Se é certo que outras vezes se haviam erguido contra a prática escrita do bilinguismo luso-castelhano, elas haviam sido sempre escassas, como se esse bilinguismo fosse um objecto de vergonha colectiva. Regressaremos, como já dito, a este tema.

O pensar francês

No século XIX, achamos uma atitude predominantemente crítica do galicismo. Depois de Francisco de São Luís, com o seu *Glossário*, vemos Alexandre Herculano, em 1837, na sua revista *Panorama*, sublinhando a ignorância do idioma pátrio como explicação para a abundância de termos franceses. Em 1841, vemos António Feliciano de Castilho, que já se distinguira como doutrinário em questões linguísticas, verberar, numa imagem forte, eminentemente física, «a peste desses malhadeiros gloriosos a que chamamos *galicistas*, prostitutos propagadores de uma praga literária, como de uma praga física o são as mulheres de mau viver».

Importante é também o contributo do pedagogo José Inácio Roquete. Numa *Gramática para os portugueses e brasileiros que desejam aprender a língua francesa*, publicada em 1850 em Paris, onde vivia, considera ele como único meio de combate ao galicismo «ensinar aos mancebos a analisarem todas as partes da oração francesa e a compararem cada uma delas com a da nossa língua que lhe corresponde, habituando-os desde o princípio a buscarem e acharem gramatical e logicamente os equivalentes em seu idioma.»

No ano seguinte, numa *Gramática elementar da língua francesa e Arte de traduzir o idioma francês em português*, insiste na necessidade de se procurar «equivalentes» na língua portuguesa de termos ou giros franceses; fornece numerosos exemplos de elipse francesa, ou do que tem como tal (propondo, assim, que se traduza «Jamais orateur ne parla mieux» por «Nunca *houve* orador que melhor falasse», ou «La ville en cendres» por «A cidade *reduzida* a cinzas»); e exemplos de ordem frásica portuguesa a respeitar (ex.: «Faltando esta condição» por *Cette condition manquant*, ou «Mais astutos que o eram os Gregos» por *Plus fins que les Grecs ne l'étaient*); recomenda

que se evitem certos circunlóquios franceses onde o português for mais sucinto (ex.: *Ce n'est pas fait pour être dit*, «Isto não é para dizer-se») ou que, em contrapartida, se reserve ao francês a concisão (ex.: *Ami de la vérité, tu dois l'entendre*, «Pois que és amigo da verdade, deves ouvi-la»); pormenoriza «modos de falar que não se adaptam à nossa língua traduzidos ao pé da letra» (ex.: *Nos lois sont trop connues pour qu'il faille entrer en de nouvelles explications*, «São tão conhecidas nossas leis que é desnecessário entrar em novas explicações»); lembra, por fim, a vantagem de, aqui ou ali, se traduzir por verbos o que o francês exprime por nomes abstractos (ex.: *Les discours que l'ivresse lui a fait tenir*, «As palavras que proferiu estando bêbado», ou *Les livres que vous m'avez donnés sont à la reliure*, «Os livros que v... me deu estão a encadernar»). Nestas notoriamente vernáculas traduções, o cuidado, mais que visível, de Roquete é o de afastar o português do francês, graças à exploração de virtualidades sintácticas do primeiro, mesmo em casos em que uma tradução literal era legítima. Facto é que Roquete atinge aqui uma capacidade de explicitação única no período.

Em 1856, vemos Gabriel de Moura Coutinho, num artigo «Duas palavras sobre galicismos», lembrar terem sido os livros franceses, tornados «principal matéria de estudo», os introdutores privilegiados dos galicismos. Combatidos pelos Arcades, particularmente por Filinto, e depois por Francisco de S. Luís (o *Glossário* seria «obra tão indispensável como o dicionário da língua»), os galicismos acabaram, todavia, por instalar-se. Assim, sublinha, os testemunhos de A. Neves Pereira (ensaio de 1793) e Herculano (artigo do *Panorama*) continuam a valer na actualidade, não obstante existirem escritores que se exprimem «com um gosto puro, respeitando a castidade da linguagem». Os factores de corrupção continuam a ser, predominantemente, as traduções do francês, entregues a «esfaimados aprendizes de literatos», e os periódicos, «afrancesadores do nosso modo de dizer», sobretudo no folhetim.

Mas Coutinho conserva o sentido das proporções. Um purismo radical, em sua opinião, seria inconveniente e anacrónico, se sequer fosse viável. O progresso da língua é fenómeno de perfeita normalidade. Simplesmente (e é uma cláusula que temos visto repetidamente formulada), a «variabilidade vocabular» deve acompanhar-se de uma preservação da «índole» do idioma. É que, em si, a absorção do elemento peregrino é medida «necessária às vezes» e «geralmente útil para tornar uma língua mais rica e expressiva». Propõe, assim, um reajustamento da definição de galicismo, noção daqui em diante estritamente negativa. Ela designaria «toda a palavra ou frase avessa ao génio da língua, introduzida violentamente do francês.» O autor aponta, mesmo, o que considera método para o reconhecimento dos «verdadeiros» galicismos: «Quem tiver o ouvido afeito à sonora e amena linguagem portuguesa há-de aí embicar em palavras ríspidas e dissonantes, em frases enviesadas e sem analogia». É, notoriamente, instrumentário pouco manejável. Mas é, não obstante a sua ingenuidade, o que de mais concreto o período produziu em matéria de *reconhecimento* de galicismos.

Propunha-se Coutinho, em complemento a este ensaio, expor o modo de escapar ao «pensar francês», expressão crismada por São Luís e que este descrevia, no *Glossário*, como o «tomarmos do francês um modo particular de tecer o discurso.» Esse estudo pretendia-se positivo e pedagógico. Coutinho não viria a realizar o projecto.

Em 1872, o «Novo Programa do Curso dos Liceus» prescreve que, no capítulo da *literatura* portuguesa, se estude: «*Galicismo de palavras e de construção. (Breves traduções de francês para correcção deste vício que tanto tem deturpado a língua materna).*» E insiste-se na utilidade de exercícios sobre o uso de pronomes pessoais e possessivos, considerados como aqueles que, sob influência do francês, mais superfluamente se empregam.

Por esta época, parece Castilho dividir-se entre o aplaudir a penetração gaulesa e o resignar-se a ela. Se decanta em Paris «a capital da inteligência, a pacífica revolucionária civilizadora do mundo, a árbitra do gosto universal, e que vai infiltrando de contínuo a sua nas outras línguas», não deixa menos de confidenciar a Júlio Dinis em correspondência de 15-VII-1868: «Creio até... (à puridade lho confesso) que o nosso idioma, como alguns outros (porém o nosso mais que todos), tende já inevitavelmente à total absorção e assimilação do francês». Caricaturalmente, e em termos que roçam mesmo a grosseria, presenteava o romancista com esta observação: «Muitos capítulos seus, especialmente neste segundo romance [*Uma família inglesa*], sem se poder bem afirmar que desdizem do nosso falar genuíno, correm todavia tão impregnados do estilo, da locução e (como dizem) do *espírito* parisiense, que nada seria mais fácil que passá-los para logo ao mais puro francês.»

Em 1877, no Rio de Janeiro, J. Norberto de Soiza Silva publica *Galicismos. Palavras e phrases da lingua franceza introduzidas por descuido, ignorancia ou necessidade na lingua portugueza*. Neste volume de 400 páginas, reúnem-se «estudos e reflexões de varios auctores», entre eles Filinto, com a *Carta* de que citámos, e Francisco de São Luís, com o *Glossário*, reproduzido na quase totalidade. Era um trabalho útil, numa altura em que o acesso a tais textos era precário, mesmo para profissionais. Propunha-se o autor organizar mais volumes do género com outras temáticas atinentes ao idioma. Por razões que desconhecemos, o projecto não se concretizou.

O contributo espanhol

O bilinguismo luso-castelhano foi, vimo-lo, amargamente comentado por Filinto Elísio. Esse juízo não era, vincámo-lo também, o mais compartilhado. Não foram muitas as reservas ou críticas explícitas face ao fenómeno por parte dos contemporâneos (globalmente entre 1500 e 1730) e, mesmo nelas, pode admitir-se que a correcção política terá tido um papel. Algum distanciamento fala, porém, numa passagem da peça *Aulegrafia*, de 1555, do dramaturgo Jorge Ferreira de Vasconcelos. Assim se exprime uma personagem:

Somos tão inclinados à língua castelhana que nos descontenta a nossa, sendo digna de maior estima, e não há entre nós quem perdoe a uma trova portuguesa, que muitas vezes é de vantagem das castelhanas, que se têm aforado connosco, e tomado posse do nosso ouvido, que nenhuma lhe soam melhor.

Mas já o contemporâneo Luís de Camões, ele próprio com vasta produção castelhana, faz certo pastor Frondélio convidar um companheiro a que atente no que diz, no idioma centro-peninsular, uma chorosa ninfa viúva:

Mas o som peregrino e piedoso,
Com que a formosa Ninfa a dor engana,
Escuta um pouco. Nota e vê, Umbrano,
Quão bem que soa o verso castelhana.

Essa noção de subalternidade do verso português provou-se duradoira. Ainda nos anos de 1660, o poeta bilingue Manuel de Galhegos afirmava a simpleza dele: «Quem agora se atreve a sair ao mundo com um livro de versos em português arrisca-se a parecer humilde: pois escreve numa língua cujas frases e cujas vozes se usam nas praças, o que não deixa de ser embaraço para a altineza».

O prestígio, e a simples utilidade, do castelhana são visíveis, mesmo gritantes, na sempre aludida obra *Defensa de la música moderna*, de 1649, de ninguém menos que o rei João IV, um melómano de renome. E ainda na viragem do século, no livro *Luz e calor*, de Manuel Bernardes, de 1696, a equivalência, na cena portuguesa, dos dois idiomas é suposta. Defende-se este autor de espiritualidade de quem lhe assacasasse o tratamento de realidades pecaminosas em português, lembrando que, no país vizinho, tal procedimento é corriqueiro. Nada se adiantaria, pois, em silenciá-lo, já que portugueses podem lê-lo em espanhol, «que para nós é quase o mesmo idioma». É uma opinião singular em alguém que, brevemente, será contado entre os grandes clássicos portugueses.

Segue-se um período de atitudes predominantemente críticas, como a do pedagogo Luís António Verney que, em 1746, afirmava nunca ter podido entender «por que razão um português deixa a sua língua, para escrever na espanhola», um idioma, acrescentava, em que a maioria não brilhava grandemente. E em 1821 é Almeida Garrett a objurgar o dramaturgo quinhentista Jorge de Montemor, «pelo muito que escreveu nessa língua estranha». Fazendo-o, «não só privou a [língua] natural do fruto de suas tarefas», como causou importante dano «com o exemplo que abriu».

Só pode, pois, espantar-nos ouvir da boca de Castilho, que tão ferozmente combatia a tendência galicista, esta afirmação de 1862: «Na leitura do castelhana, se hoje em dia a frequentássemos como cumpria, bem fácil e bem agradavelmente pudéramos nós retemperar ainda hoje o bom falar vernáculo».

Esta atitude de acolhimento ao material castelhano é, na realidade, a música de fundo da história do Português. Se o uso literário do castelhano foi objecto de alguma reticência posterior, a entrada em massa de vocabulário de fabrico centro-peninsular não foi sequer notada, menos ainda assinalada, pelos coevos. Um exemplo dessa transferência: só entre 1500 e 1600, foram incorporados no português 248 adjetivos de fabrico espanhol, como *airoso*, *aziago*, *boçal*, *cabisbaixo*, *castiço*, *empedernido*, *mulato*, *nublado*, *polvoroso*, *pujante*, *sangrento*, alguns assentes em radicais estranhos ao nosso idioma, como *aire*, *nublar*, *polvo* ('pó'), *pujar* e *sangre*. Não contei os verbos e os substantivos entrados no nosso idioma, mas o que achei permite supor que sobretudo estes últimos foram da ordem de muitas centenas.

Atente-se também nisto: em transferência mútua de materiais lexicais, espanhol e português ocupam posições insanavelmente *assimétricas*. Por cada lusismo hoje em voga no espanhol (sirvam de exemplo *barullo*, *caramelo*, *despejar*, *enfadar*, *resguardo*), estão em uso no português cerca de 80 espanholismos.

Essa adopção de materiais espanhóis continua e haverá de continuar. É a nossa postura normal, essa de integrar sem estados de alma o elemento estrangeiro. Longe de implicar questões de patriotismo, essa atitude é a dum são cosmopolitismo e, sobretudo, duma sensata economia. Trazemos para o nosso uso o melhor que encontramos em redor, providamente adequado e sugestivo. E, suma prova do carácter económico dessa acção, rapidamente esquecemos onde o achámos.

Como se isso não bastasse, a própria historiografia da língua portuguesa banalizou o contributo espanhol para o nosso léxico. Não têm conta as afirmações de que esse contributo foi escasso, como se reinasse o receio de que o não fosse, convindo pois exorcizar esse medo.

O levantamento que levei a cabo desse enriquecimento do léxico português com o do idioma vizinho mostrou que qualquer banalização do tema é uma forma de desrespeito para com a nossa própria história, uma fuga a assumir o verdadeiro percurso que nos trouxe até aqui. E mostra, também, quanto nos é natural vivermos, séculos a fio, dependentes do produto alheio.

Bibliografia

Elísio, Filinto, *Obras Completas*, 1º tomo, 2ª ed., Paris, 1817

Freire, Francisco José (m. 1773), *Reflexões sobre a língua portuguesa*, Lisboa, 1842

Gonçalves, Maria Filomena, «Da ‘francezia’ ou o problema das palavras afrancesadas no século XVIII: as ideias de António Neves Pereira», *Estudios Portugueses*, 5, 2005, 45-62

Machado, Álvaro Manuel, *O «Francesismo» na literatura portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983

Monte Carmelo, Luís, *Compêndio de ortografia*, Lisboa, 1767

Pereira, António das Neves, «Ensaio crítico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se serviram os nossos bons escritores do século XV e XVI...», *Memórias de Literatura Portuguesa*, IV, 1793, 339-466; V, 1793, 152-252

São Luís, Francisco de, *Glossario das palavras e frases da lingua franceza que por descuido, ignorancia ou necessidade se tem introduzido na locução portugueza moderna*, Lisboa, 1827

Venâncio, Fernando, *Estilo e preconceito. A língua literária em Portugal na época de Castilho* (dissertação de doutoramento), Lisboa, Cosmos, 1998

Venâncio, Fernando, «Atitudes portuguesas face ao castelhano», in Eva Guggenberger / Henrique Monteagudo / Gabriel Rei-Doval (eds.), *Contacto de linguas, hibrididade, cambio: contextos, procesos e consecuencias*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega / Instituto da Lingua Galega, 2013, págs. 315-326

Verney, Luís António, *Verdadeiro método de estudar*, ed. António Salgado Júnior, Lisboa, Sá da Costa, vol. I, *Estudos linguísticos*, 1949, vol. II, *Estudos literários*, 1950

<https://www.revistapessoa.com/artigo/2800/o-sentido-da-economia.-sobre-a-dependencia-lexical-do-portugues>